

Ataque à evasão fiscal é prioridade

O combate à evasão e à sonegação fiscal com a modernização e informatização da Receita será um dos principais pontos de apoio à reforma fiscal que o presidente Fernando Collor de Mello irá promover no primeiro ano de seu governo. Os estudos da equipe econômica de Collor mostram que o volume de sonegação no Brasil é hoje da ordem de US\$ 36 bilhões, o equivalente a 10% do PIB, que no ano passado chegou a US\$ 360 bilhões.

Esses números foram repassados à equipe da economista Zélia Cardoso de Mello por técnicos do Ministério da Fazenda e da Receita Federal, com um adendo: "O governo sabe quem sonega e quanto sonega, mas não dispõe de instrumentos jurídicos e materiais para punir os sonegadores e obrigá-los a recolher os tributos devidos".

A equipe da principal assessora econômica de Collor de Mello entende que há espaço para a ação imediata do novo governo de aumentar a arrecadação sem a necessidade de alterar a tributação. Ontem à tarde, Zélia Cardoso de Mello, através de assessores, desmentiu categoricamente a informação de que um dos pontos da reforma fiscal, que será implantada por Collor, será o aumento do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

Irritada com a notícia que em seu entender só dá margem para a ação dos especuladores e intranquilita o setor empresarial, Zélia teria recomendado a seus assessores que não mais dessem entrevistas. Mas, as propostas básicas da reforma fiscal já são públicas, "pois sua linha de ação está detalhada no documento 'Diretrizes de Ação de Governo', o plano de governo divulgado por Collor durante a campanha eleitoral", lembrou a economista a seus assessores.

A decisão de reduzir a sonegação, ao invés de promover de imediato aumento na carga tributária, é justificada pela economista no documento: "É preciso que uma eventual proposta de reformulação tributária seja precedida da recuperação das relações entre o Estado e a sociedade pelo restabelecimento da confiança e da credibilidade".

No entender dos economistas, o combate à sonegação será possível com o reaparelhamento da máquina fiscal. Além da modernização dos meios de fiscalização, no novo governo deverão ser criadas varas de execução especializadas em processar eficientemente os sonegadores. A simplificação das normas para cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes também está sendo estudada.